

PROCESSO ADM N.º 1207/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024

Contratação de Empresa para Execução de Obra para Construção de 11 (onze) Unidades Habitacionais, destinado a habitação de interesse social no Município de PARANÃ-TO, através de convênio firmado entre o Município e MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

OUTUBRO/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024
PROCEDIMENTO ADM N.º 1207/2024

ÍNDICE

- 1. – DO PREÂMBULO**
- 2. – DO OBJETO**
- 3. – DAS CONDI OES DE PARTICIPA O**
- 4. – DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DE LICITA OES OU SER CONTRATADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAN /TO**
- 5. – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNA O AO EDITAL**
- 6. – DO CREDENCIAMENTO**
- 7. – DA APRESENTA O DAS PROPOSTAS**
- 8. – DOS LANCES**
- 9. – DA NEGOCIA O**
- 10. – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 11. – DAS EXIGENCIAS DE HABILITA O**
- 12. – DA FASE RECURSAL**
- 13. – DA ADJUDICA O/HOMOLOGA O**
- 14. – DO PREÇO**
- 15. – DAS CONDI OES DE CONTRATA O**
- 16. – DA FORMALIZA O DO CONTRATO**
- 17. – DO PRAZO**
- 18. – DO LOCAL DE PRESTA O DOS SERVIÇOS**
- 19. – DAS CONDI OES DE PAGAMENTO**
- 20. – DA VISTORIA TÉCNICA**
- 21. – DA GARANTIA DE EXECU O CONTRATUAL**
- 22. – DAS PENALIDADES**
- 23. – DA SUBCONTRATA O**
- 24. – DAS DISPOSI OES FINAIS**

ANEXOS:

- ANEXO I – Termo de Referência ou Especifica o Técnica**
- ANEXO II – Declara o para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**
- ANEXO III – Proposta**
- ANEXO IV - Minuta do Contrato**
- ANEXO V – Declara o de inexistência de Fatos Impeditivos**
- ANEXO VI – Declara o Sobre Trabalho de Menores**
- ANEXO VII – Credenciamento para a Vistoria Técnica Facultativa**
- ANEXO VIII – Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa**
- ANEXO IX – Declara o de não Realiza o de Vistoria Técnica**
- ANEXO X – Modelo de Fiança Bancária**

1 – DO PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Paranã/TO torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará realizar **licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser processada e julgada em conformidade, com a Lei Federal n.º 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal n.º 123/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal n.º 8.078/90 e pelos Decretos Municipais n.º 160/2023; 174/2023, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no site: www.bnc.org.br, às 09h30min do dia 18/11/2024.

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço (Obs. Empresa apresentar proposta/Planilhas referente à unidade).

Este Edital e seus Anexos poderão ser obtidos via Internet nos sites do BNC: www.bnc.org.br, no Portal da Transparência do Município: www.parana.to.gov.br.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL)**, em conformidade com Projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, de acordo com o **Anexo I – Termo de Referência**.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão Eletrônico as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, que tenham objeto social pertinente e compatível com o licitado e estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, como também no Sistema BNC – Banco Nacional de Compras.

Como requisito para a participação, a licitante deverá manifestar, em campo próprio, disponibilizado pelo sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e Anexos e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

3.1. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, serão concedidos às mesmas, os benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações posteriores, observando o seguinte:

I - Aplicam-se as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

II - As microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas em participar do presente certame deverão declarar no campo próprio do sistema que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, como condição de participação. Do contrário, estarão sujeitas à aplicação das penalidades previstas no presente Edital.

III - A Licitante deverá apresentar declaração que ateste sua situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, conforme **Anexo II - Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que deverá ser assinada por seu representante legal.**

IV - Serão consideradas, para os efeitos deste Pregão Eletrônico, Microempresas, Empresas de pequeno porte, aquelas sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada, sociedades cooperativas, e empresários enquadrados nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores.

V - Como requisito para a participação, a licitante deverá manifestar, em campo próprio, disponibilizado pelo sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e Anexos e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

4 – DOS IMPEDIMENTOS PARA PÁRTICIPAR DE LICITAÇÕES OU SER CONTRATADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO

Estará impedida de participar da licitação ou de ser contratada pela PREFEITURA MUNICIPAL a pessoa física ou jurídica:

I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO;

II - Suspensa pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO;

III - Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - Impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Tocantins, nos termos do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VII - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

IX - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único - Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - À contratação do empregado ou dirigente da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO;

b) Empregado da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Autoridade do Governo do Estado de Tocantins a que a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO esteja vinculada.

III - Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO há menos de 06 (seis) meses.

É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia promovidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO:

I - De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III - De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

§ 1º É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO.

§ 2º Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. § 3º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO no curso da licitação.

5 - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

5.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal poderão solicitar os esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão, no prazo de até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para a abertura da licitação, preferencialmente pelos e-mails: pregoeiralicitacaoprn@gmail.com e licitacaoparanato@gmail.com, ou no sistema de realização do certame www.bnc.org.br como também protocolizar na Sala de Licitações instalada no Prédio da Prefeitura Municipal de Paranã/TO, de 2ª a 6ª feira, das 08h:00min às 12h:00min.

5.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da licitação, as falhas ou irregularidades que viciaram esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.1.2. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

5.2. Para a impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, por documento original ou cópia autenticada.

5.2.1. No caso de impugnação por meio eletrônico, os documentos solicitados deverão ser encaminhados digitalizados.

6. - DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição pelo provedor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.bnc.org.br.

6.2. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor.

6.3. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral no sistema BNC – Banco Nacional de Compras, com a juntada de todos os documentos exigidos no **item 11, que será requisito obrigatório para fins de habilita o.**

6.4. No caso de participa o de microempresa ou empresa de pequeno porte, os procedimentos da licita o seguirão o disposto na Lei Complementar n  123/2006 e suas altera es posteriores, devendo as interessadas declarar tal condi o, mediante os meios disponibilizados pelo sistema.

6.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da Licitante e de seu representante legal e presun o de sua capacidade técnica para realiza o das transa es inerentes ao pregão eletrônico.

6.6. O uso da senha de acesso pela Licitante   de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transa o efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou   PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAN /TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7. DA APRESENTA O DAS PROPOSTAS

7.1. A partir das **09h30min do dia 18 de outubro de 2024**, terá início   sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulga o das propostas de preços, recebidas de acordo com as especifica es e condi es do Edital, iniciando-se a etapa de lances, no site www.bnc.org.br.

7.2. A proposta deverá ser encaminhada com valor total, a partir da disponibiliza o do sistema até o horário previsto para o início da Sessão, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter as especifica es detalhadas do objeto.

7.2.1. Após a inser o da proposta no sistema e início da sessão, as Licitantes não poderão fazer nenhuma altera o nas especifica es técnicas, sob pena de desclassifica o.

7.2.2. O Licitante deverá descrever as especifica es dos serviços em campo próprio do sistema, em conformidade com o **Anexo I - Termo de Referência** ou Especifica o Técnica, constante deste Edital.

7.3. Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.4. O Licitante será responsável por todas as transa es que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

7.5. Incumbirá ao Licitante acompanhar as opera es no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado   manifesta o via “chat”.

7.6. A apresenta o da proposta comercial, **após a etapa de lances** e sendo a primeira classificada, deverá ser enviada - Proposta e atender aos seguintes requisitos:

7.6.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, datada e assinada por seu representante legal, devendo constar: nome ou razão social da licitante, endereço completo, CNPJ, inscri o estadual, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver, bem como o nome, cargo, número do RG de seu representante legal;

7.6.2. **Planilha Orçamentária – Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Projetos todos obrigatoriamente no formato múltipla da caixa;**

7.6.3. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresenta o.

7.6.4. Ser apresentada com cota o de **preço unitário e total**, com **duas casas decimais**. Em havendo divergência, prevalecerá o preço unitário.

7.7. O preço cotado deverá ser equivalente base tabela SINAPI na data de sua apresenta o e compreender , a qualquer título, a única e completa remunera o pelos serviços, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como transporte, frete, ou quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto do Edital.

7.8. Em caso de erros formais que não altere o valor total proposto, **em diligência no prazo de 02 (duas) horas será solicitada a corre o**, persistindo a irregularidade será desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e Anexo, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.8.1. Consideram-se exigências essenciais aquelas que não possam ser atendidas no ato, por simples manifesta o de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento possam representar riscos de fraude aos princípios da licita o.

7.9. Nas licita es será assegurada, como critério de desempate, preferência de contrata o para as microempresas e empresas de pequeno porte. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situa o em que será classificada em 1  lugar.

7.9.1. Entende-se por empate aquelas situa es em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte nas licita es pelos modos aberto ou fechado sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores   proposta mais bem classificada.

7.9.1.1. No caso de preço o percentual a que se refere o item 7.9.1. será de 5 % (cinco por cento).

7.10. Em caso de empate entre 02 (duas) propostas, será utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate: **art. 60 da Lei n . 14.133/2021**.

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo   classifica o;

II - avalia o do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obriga es previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de a es de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto n  11.430, de 2023) Vigência.

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orienta es dos órgãos de controle.

  1  Em igualdade de condi es, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administra o Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licita o realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitiga o, nos termos da Lei n  12.187, de 29 de dezembro de 2009.

  2  As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplica o do disposto no art. 44 da Lei Complementar n  123, de 14 de dezembro de 2006.

8 – DOS LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances no valor total, por lote, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente, informadas do seu recebimento.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras para a sua aceita o.

8.3. Durante o transcurso da Sessão Pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, por lote, registrado apresentado pelas demais licitantes, vedada a identifica o do ofertante.

8.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recep o dos lances.

8.5. Quando a desconexão persistir, por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício após comunica o expressa do Pregoeiro  s Licitantes.

8.6. A etapa de lances será encerrada mediante aviso emitido pelo sistema eletrônico.

8.7. Incumbirá   licitante acompanhar as opera es no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.8. Em havendo participa o de microempresas e empresas de pequeno porte, a partir deste momento, deverá ser observado o previsto na Lei Complementar n  123/06 e Lei Complementar n  147/14.

8.8.1. Antes da classifica o definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado, deverá verificar se ocorreu empate ficto previsto no   2  do artigo 44 da Lei Complementar n  123/2006 e suas altera es posteriores, ou seja, propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.8.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquele considerado o vencedor do certame, ou não o faça no tempo aprazado, serão convocadas as remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto previsto no subitem 8.8.1. Na ordem classificatória para exercício do mesmo direito.

9 – DA NEGOCIA O

9.1. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira coloca o na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posi o em decorrência da desclassifica o de outra que tenha obtido coloca o superior, a PREGOEIRA(o) CONDUTORA DO PROCESSO deverá negociar condi es mais vantajosas com quem a apresentou.

9.2. A negocia o deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negocia o, permanecer acima do orçamento estimado.

9.3. Se depois de adotada a providência referida no item 9.2. Não for obtido valor igual ou inferior ao oramento estimado para a contratao, será revogada a licitao.

9.4. Após a negociao e decisão acerca da aceitao do lance de **menor preo total**, o Pregoeiro anunciará no sistema BNC – BANCO NACIONAL DE COMPRAS a licitante detentora da melhor oferta.

9.5. A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar, no prazo de até 02 (duas) horas, sua proposta mediante encaminhamento de arquivos eletr nicos digitalizados que deverão ser anexados ao Sistema BNC – BANCO NACIONAL DE COMPRAS por meio da opo “enviar anexo”.

* Na remota hipótese da indisponibilidade comprovada do sistema, ou que ainda esteja na fase anterior de habilitao, a documentao poderá ser enviada, através de correio eletrônico para os endereos: pregoeiralicitacaoopr@gmail.com, e licitacaoparanato@gmail.com, os quais não recebem arquivos com extensões do tipo -.zip, .exe, .com, bem como, arquivos anexados maiores que 6Mb:

- a) Proposta com o preo unitário e global, atualizado em conformidade com os lances ofertados, conforme Anexo III - Proposta. Juntamente com: **Planilha Orament ria – Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Projetos todos obrigatoriamente no formato múltipla da caixa.**

9.6. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentao exigida para fins de habilitao, podendo, todavia, existir no que tange a regularidade fiscal/trabalhista, documento(s) que apresente(m) alguma restrio. Nesse caso, em havendo atendimento aos demais requisitos do Edital, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável, para regularizao, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, conforme os procedimentos contidos na Lei Complementar n  123/06 e suas alteraes posteriores.

9.6.1. A não regularizao da documentao, nos termos do subitem anterior, implicará decadência do direito   contratao, sem prej zo das sanes previstas neste Edital.

10 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento e classificao das propostas, será adotado o critério de **menor preo**, observados os parâmetros definidos neste edital e em seus anexos quanto ao objeto, bem como as regras específicas sobre a participao de microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.1.1. Para fins de julgamento da licitao, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros deverão ser submetidas   equalizao dos preos visando acrescer a elas o valor correspondente aos gravames decorrentes dos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários a que estão submetidos os licitantes brasileiros.

10.2. O Pregoeiro verificar  a aceitabilidade da proposta ou lance de menor preo total, comparando-o com a estimativa (valor de referência) nos autos. Caso a proposta/lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, até a apurao de proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.2.1. Não serão aceitas propostas com valor total superior aos estimados ou com preos manifestamente inexequíveis.

10.2.1.1. Para efeito de avaliao da exequibilidade e de sobrepreo, serão considerados o preo global, os quantitativos e os preos unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preos unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59,   3 , da Lei Federal n  14.133/2021).

10.2.1.2 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal n 14.133/2021.

10.2.1.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente   diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal n 14.133/2021.

10.2.1.4. Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econ mica.

10.2.2. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I - Contenham vícios insanáveis;

II - Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Prefeitura Municipal;

VI - Apresentem **Planilha Orçamentária – Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Projetos todos obrigatoriamente no formato múltipla da caixa**, desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodac o a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuic o de tratamento isonômico entre os licitantes.

10.2.3. A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

10.2.4. A PREGOEIRA(O) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.2.5. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a PREGOEIRA (O) poderá fixar prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação escoimadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificações ou inabilitações.

11 - DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-    análise dos documentos de habilitação da licitante primeira classificada, na qual **  obrigatório** proceder **os anexos no ato do cadastro junto ao sistema BNC – Banco Nacional de Compras**.

11.2. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos relacionados neste subitem.

11.2.1. Documentos relativos   **Habilitação Jurídica**:

11.2.1.1. Registro cadastral **atualizado** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

11.2.1.2. No caso de firma individual: cédula de identidade e inscrição comercial, com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente.

11.2.1.3. No caso de Sociedade Mercantil: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

11.2.1.4. No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo ou Estatuto Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado da ata da assembleia, que elegeu a última diretoria, devidamente registrada.

11.2.1.5. No caso de Sociedade Simples: inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em de exercício.

11.2.1.6. Decreto de autoriza o em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autoriza o para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.2. Documentos relativos   **Qualifica o Econ mico-Financeira**

11.2.2.1. Balanço patrimonial e demonstra es contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situa o financeira da empresa, vedada a sua substitui o por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresenta o, que será analisado conforme segue:

11.2.2.1.1.  ndice de Liquidez Corrente (LC) superior a 1,00 (um inteiro), apurado mediante a seguinte opera o:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.2.2.1.2.  ndice de Liquidez Geral (LG) superior a 1,00 (um inteiro), apurado mediante a seguinte opera o:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

11.2.2.1.3.  ndice de Solvência Geral (SG) superior a 1,00 (um inteiro), apurado mediante a seguinte opera o:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

11.2.2.1.4. A licitante que utiliza a Escritura o Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletr nica, pelo Sistema Público de Escritura o Digital – SPED, acompanhado do termo de autentica o eletr nica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

11.2.2.1.5. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstra es contábeis que contenham as seguintes exigências:

- a) Quando se tratar de sociedades an nimas, o balanço deverá ser apresentado em publica o em jornal de grande circula o editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal n  6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legisla o, que poderão fazer a sua apresenta o em publica o eletr nica, na forma do disposto na Portaria ME n  12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas altera es;
- b) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

I- Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identifica o legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

II - Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item 11.2.2. limitar-se- o ao último exercício.

11.2.2.1.6. A licitante que não alcançar o  ndice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso deverá comprovar que possui patrim nio **líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contrata o.** A comprova o será

obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

11.2.2.8 Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.2.2.8.1. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.2.2.8.2. No caso de certidão positiva, a empresa deverá juntar a certidão de objeto e p , nos termos da Lei Federal n  14.133/2021, expedida pelo  f cio competente, esclarecendo o posicionamento da(s) a o( es).

11.2.2.9. Em se tratando de empresa estrangeira, para efeito de atendimento da exigência constante do item 11.2.2.2., o valor equivalente ao Patrim nio Líquido será convertido da moeda de origem para a moeda corrente nacional, mediante a taxa de câmbio oficial da data do encerramento do exercício financeiro a que se refere.

11.2.3. Documentos relativos   Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.2.3.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

11.2.3.2. Prova de inscri o no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente   atividade empresarial objeto desta licita o.

11.2.3.3. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresenta o dos seguintes documentos:

I - A prova de regularidade com a **Fazenda Federal** será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribui es sociais, e   D vida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

II - A prova de regularidade com a **Fazenda Estadual do domicílio da licitante** será feita por meio da apresenta o da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circula o de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da d vida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscri o estadual;

III - A prova de regularidade com a **Fazenda Municipal do domicílio da licitante** será feita por meio da apresenta o da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da d vida ativa ou, se for o caso,

11.2.3.4. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF– FGTS.

11.2.3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documenta o exigida para efeito de comprova o de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restri o.

a) Caso a documenta o apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restri o, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licita o, para a regulariza o da documenta o, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contrata o ou prazo insuficiente para o empenho.

c) A não regulariza o da documenta o no prazo estipulado implicará a decadência do direito   contrata o, sem prejuízo do disposto no art. 90,   5 , da Lei Federal n  14.133/2021.

11.2.4 Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, nos termos da Lei Federal n.  12.440/11.

11.2.5. O licitante vencedor deverá apresentar ainda, as seguintes declara es:

11.2.5.1. Declara o de Inexistência de Fatos Impeditivos, **conforme anexo V**.

11.2.5.2. Declara o de pleno atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7 , da Constitui o Federal, **conforme Anexo VI**.

11.2.6. Além de apresentar os documentos exigidos para fins de habilita o, deverá apresentar documenta o comprobatória da qualifica o da licitante, mediante a apresenta o de:

a) Declara o, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representa o, de que se enquadra na situa o de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n  123/06, Lei Complementar n  147/14, nos moldes no **ANEXO II** do presente edital de Pregão.

11.2.7. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, em dispositivo legal ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedi o.

11.2.8. As certidões expedidas pelos órgãos da administra o fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet (rede mundial de computadores), sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores.

11.2.9. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

11.2.10. **QUALIFICA O TÉCNICA**

11.2.10.1. Declara o, de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licita o e de que tomou conhecimento de todas as informa es e condi es locais para o cumprimento das obriga es objeto desta licita o.

11.2.10.2. Registro ou Inscri o do licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA da região da sede da empresa.

11.2.10.3. Comprova o de que o licitante executou/prestou, sem restri o, serviço/obra de características semelhantes aos indicados no ANEXO deste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos.

a) A comprova o será feita por meio de apresenta o de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

a.1) Comprova o da capacita o técnico-operacional, mediante a apresenta o de **um ou mais Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente identificadas, expedido **em nome da empresa licitante**. Tais atestados deverão estar vinculados e acompanhados da respectiva **Certidão de Acervo Técnico - CAT** dos Responsáveis Técnicos neles indicados, para fins de comprova o da execu o de obra de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licita o, compatíveis em características, prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo, a **50% (cinquenta por cento)** das parcelas de maior relevância da obra, especificadas na **Planilha de Itens de Maior Relevância**.

b) As características semelhantes para comprova o da capacidade técnico-operacional do licitante, na forma do art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são, cumulativamente:

c) Caso sua comprova o técnica operacional seja feita através de atestado do responsável técnico, deve demonstrar que a licitante, pessoa jurídica, executou/prestou o serviço/obra, caso contrário somente comprova a capacidade técnica profissional.

d) O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execu o de todos os serviços discriminados.

e) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licita o.

f) Será admitida, para fins de comprova o de quantitativo mínimo, a apresenta o e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.2.11 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

11.2.11.1 Registro ou Inscri o do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA da região da sede da empresa;

11.2.11.2 Comprova o de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma)

11.2.11.3 Certidão de Acervo Técnico por execu o de serviços/obras de características semelhantes aos indicados no ANEXO deste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas:

a) As características semelhantes para comprova o da capacidade técnico-profissional do licitante, na formado art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são, cumulativamente:

b) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posi o de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condi o de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vincula o com o licitante, até a data da apresenta o dos documentos de habilita o, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de presta o de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

c) O contrato de presta o de serviços que se refira   obriga o futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vincula o   execu o integral da obra/serviço objeto desta licita o.

d) Será admitido o somatório de atestados para comprova o da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execu o de todos os serviços discriminados.

e) No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

f) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos   verifica o do Presidente da Comissão/Agente de Contrata o e da sua Equipe de Apoio quanto   veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169,   3 , II, da Lei Federal n  14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

11.2.11.4 Prova, feita por intermédio da apresenta o, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declara o da licitante, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualifica o correlata visitou o local da entrega dos bens, e tomou conhecimento das condi es para execu o do objeto desta licita o, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declara o em que o licitante ateste que conhece o local e as condi es de realiza o do objeto do contrato, conforme o   2  do art. 63 da Lei Federal n  14.133/2021.

- Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa (Anexo VIII) ou Declara o de Não Realiza o de Vistoria Técnica (Anexo IX).

a) Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal o procurador, com identifica o clara de seu subscritor.

b) A aceita o dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada   confirma o de sua validade, também por esse meio, pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

c) Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

d) As empresas estrangeiras atenderão, nas licita es internacionais, às exigências de habilita o mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

e) Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradu o para o idioma p rio, feito por tradutor público juramentado.

12 – DA FASE RECURSAL

12.1. Declarada   vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a inten o de recorrer, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema, em fase aberta pelo Pregoeiro e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar suas razões ao recurso, contado a partir da data da publicidade do ato em meio eletrônico ou da lavratura da ata da sessão, se presentes todos os licitantes e igual prazo ter o as demais licitantes para a apresenta o das contrarrazões, contado do término do prazo da recorrente.

12.1.1. A ausência de manifesta o imediata e motivada por parte da licitante na Sessão Pública, importará na decadência do direito de recurso, assim como na Adjudica o do objeto do certame por parte do Pregoeiro   licitante vencedora e no encaminhamento do procedimento licit torio   autoridade competente para a Homologa o.

12.1.2. Na hipótese de interposi o de recurso administrativo, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado   autoridade competente, para ciência e tomada de decisão.

12.1.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalida o apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.1.4. O recurso será dirigido   autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciar  sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir   segunda instância administrativa, devidamente informado.

12.1.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.1.6.   assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis   defesa de seus interesses.

13 - DA ADJUDICA O/HOMOLOGA O

13.1. Em não havendo a interposi o de recurso administrativo, após o pregoeiro realizar a Adjudica o do objeto, o expediente será submetido   autoridade competente para fins de Homologa o do procedimento licit torio.

13.2. Em havendo a interposi o de recurso administrativo e constatada a regularidade dos atos praticados, o expediente será submetido   autoridade competente para fins de Adjudica o do objeto do certame   licita o vencedora e de Homologa o do procedimento licit torio.

13.3. A Adjudica o do objeto e a Homologa o da licita o não obrigam a gestão   contrata o do objeto licitado, gerando mera expectativa de direito.

14 – DO PREÇO

14.1. O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remunera o pela presta o de serviços, incluído frete até o local de entrega.

15 – DAS CONDI OES DE CONTRATA O

15.1. A adjudicatária será expressamente convocada para, no prazo de 02 (dois) dias corridos da data da convoca o, assinar o Termo de Contrato, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto.

15.2. Caso a Licitante Adjudicatária seja microempresa ou empresa de pequeno porte, habilitada condicionalmente nos termos deste Edital, deverá ser observado o prazo prorrogável de 05 (cinco) dias úteis para regulariza o da documenta o fiscal/trabalhista, para, são então, começar a fluir o prazo de formaliza o do contrato.

15.2.1. O prazo de 05 (cinco) dias úteis começa a fluir a partir da data em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração.

15.2.2. A regularização deve se dar com a apresentação dos documentos tais como exigidos neste edital para a fase de habilitação.

15.2.3. Não havendo a regularização da documentação fiscal/trabalhista por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte, no prazo estabelecido, a mesma decairá do direito   contratação, o que ensejará a aplicação das sanções cabíveis e a avaliação de prosseguimento do certame.

15.3.   facultado   Administração, quando a convocada não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, excluí-la do procedimento e convocar as Licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Caso ocorra o vencimento do prazo de validade dos documentos apresentados na habilitação, subitens 11.2.3.3. a 11.2.3.7., a Licitante deverá providenciar a renovação e apresentá-los no ato da assinatura do Contrato.

16.1.2. Comprovante de recolhimento da garantia de execução contratual.

17 – DO PRAZO

17.1. O prazo do ajuste será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado até o limite legal mediante justificativa técnica.

18 – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVI OS

18.1. Fica estabelecido que os servi os objeto desta licitação devem ser executados no seguinte endere o.

1. POVOADO SANTANA – ZONA RURAL -Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°20'2.79"/ LONGITUDE:-47°44'5.93".

2. FAZENDA REAL – ZONA RURAL - Ponto Geográfico: LATITUDE: -13°6'54.51"/ LONGITUDE:-47°45'55".

3. FAZENDA VIÇOSA II – ZONA RURAL - Ponto Geográfico: LATITUDE: -13°3'17"/ LONGITUDE:-47°45'27.90".

4. AV. F, SETOR VILA NOVA – ZONA URBANA - Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°36'50"/ LONGITUDE:-47°52"0".

5. RUA RUI BARBOSA, LT.144 – CENTRO – ZONA URBANA - Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°37'1"/ LONGITUDE:-47°52"59".

6.FAZENDA SITIO BOA NOVA – ZONA RURAL - Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°26'16,08"/ LONGITUDE:-47°52"16.25".

7. FAZENDA GAMELEIRA – ZONA RURAL - Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°45'20"/ LONGITUDE:-47°31"7".

8. AV. F, SETOR VILA NOVA – ZONA URBANA - Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°36'52"/ LONGITUDE:-47°52"1".

9. CAMPO ALEGRE – ZONA RURAL(POVOADO) - Ponto Geográfico: LATITUDE: -13°6'13.00"/ LONGITUDE:-47°47"39.80".

10. SITIO BREJO VERDE – ZONA RURAL - Ponto Geográfico: LATITUDE: -12°33'44.30"/ LONGITUDE:-47°46'4.00".

11. Av. F, Qd. 82, Lote 02, Setor Vila Nova – Paranã/To

19 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. As condições de pagamento estão previstas no Anexo IV – Minuta do Contrato.

20 – DA VISTORIA TÉCNICA

20.1. As Licitantes interessadas poderão realizar vistoria técnica no local onde os serviços serão realizados, a ser **agendada até o dia 14/11/2024**, no Departamento de Licitação, pelo e-mail 's: pregoeiralicitacaoprn@gmail.com, licitacaoparanato@gmail.com.

20.1.1. A vistoria técnica será realizada de forma individualizada, sendo agendadas datas e horários diferentes para cada licitante interessada.

20.2. As licitantes que não realizarem a Vistoria Técnica deverão apresentar, conforme subitem 11.2.4.2. deste Edital, a Declaração de Não Realização de Vistoria Técnica – **Anexo IX**.

20.3. A vistoria será coordenada por representante da DEFESA CIVIL e SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

20.4. Para fins de realização de vistoria técnica, as licitantes deverão credenciar no máximo 02 (dois) representantes que farão a vistoria técnica, conforme modelo de credenciamento que constitui o **Anexo VIII - Credenciamento para a Vistoria Técnica Facultativa**.

20.5. Após a vistoria, será emitido o Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa – **Anexo VII**, que deverá ser encaminhada conforme subitem 11.2.4.2. deste Edital.

20.6. As dúvidas técnicas que persistirem após a Vistoria Técnica deverão ser encaminhadas para o Departamento de Licitação conforme estabelecido no item 5 - Das Informações e Impugnação ao Edital.

20.6.1. As Licitantes não poderão alegar, posteriormente, desconhecimento e qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício em razão de informações e/ou esclarecimentos obtidos de forma diversa deste item.

21 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1. A garantia de execução contratual está prevista no **Anexo IV** - Minuta do Contrato.

21.2. Na assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar garantia, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO, correspondente 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a fim de assegurar a sua execução e será prestada em qualquer das modalidades admitidas pelo art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e será restituída após o Termo de Recebimento Definitivo.

21.2.1. A garantia estipulada acima deve ser apresentada no momento de assinatura do Contrato. Excepcionalmente, a licitante vencedora poderá solicitar o prazo de 10 dias, contados da assinatura do termo, para a apresentação da garantia contratual da assinatura do termo contratual, mediante justificativa a ser analisada e aprovada pela Autoridade Competente.

21.2.2. Em caso da licitante vencedora optar pela prestação da Garantia na modalidade de Fiança Bancária, esta deverá apresentá-la conforme Modelo de Fiança Bancária contida no **Anexo X do Edital**.

21.3. Se houver prorrogação ou acréscimo no valor do Contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia na assinatura do respectivo Termo Aditivo.

22 – DAS PENALIDADES

22.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 22.2.

22.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) Município de Paranã poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

22.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.3.3. 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.3.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.3.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

22.3.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.3.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	APLICABILIDADE
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços	03

	contratados, por empregado e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscaliza�o, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determina�o formal ou instru�o complementar do �rgo fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo �rgo fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execu�o do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

22.4. As san es somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresenta o de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

22.5. As san es previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

22.6. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infra es cometidas.

22.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos   CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

22.8. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensa o devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos   CONTRATADA até a comprova o do recolhimento da multa ou da prova de sua releva o por ato da Administra o, bem como até a recomposi o do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

22.9. A aplica o das san es previstas no item 22.2 não exclui, em hipótese alguma, a obriga o de repara o integral do dano causado   Administra o Pública.

22.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das san es aplicadas   pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administra o, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com rela o de coliga o ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23. DA SUBCONTRATA O

23.1. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir o objeto deste Edital, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão contratual e sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

23.2. A CONTRATADA poderá subcontratar empresa somente para a realização da entrega do fornecimento de materiais necessários para execução, referente ao objeto.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Fica a licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

24.2. O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Adjudicatária, integrarão o Contrato, independentemente de transcrição.

24.3. É facultado ao pregoeiro, comissão ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não existente no Edital, com fundamento no artigo 59, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

24.4. Fica assegurado ao Município o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

24.5. Poderá a autoridade competente, até a assinatura do Contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após ou durante a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

24.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal.

24.10. Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro(a).

24.11. As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

24.12. Fica eleito o Foro de Paranã, Estado do Tocantins para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Paraná/TO, aos 23 de outubro de 2024.

Roberto Pereira Lopes
Sec. Mun. de Infraestrutura

APROVADO POR:

PHABIO AUGUSTUS DA SILVA MOREIRA
Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO N . 013/2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA OU ESPECIFICA O TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO N . ____/2024

OBJETO: CONTRATA O DE EMPRESA PARA EXECU O DE OBRA PARA CONSTRU O DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITA O DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARAN -TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRA O E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com Projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.

ANEXO II

DECLARA O PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(NOME DA MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE), inscrita no CNPJ n  _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n  _____ e do CPF n  _____, DECLARA, sob as penas do disposto no artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situa o de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da legisla o vigente e bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situa o.

Cidade, _____ de _____ de 2024.

Nome por extenso do Representante Legal

RG:

CPF:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2024

OBJETO: CONTRATA O DE EMPRESA PARA EXECU O DE OBRA PARA CONSTRU O DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITA O DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARAN -TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRA O E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO III – PROPOSTA

NOME DA LICITANTE:

CNPJ N.º:

ESTADUAL N.º: ENDEREÇO/CEP:

TEL/FAX:

INSCRI O

Declaramos conhecer e aceitar os termos do Edital e seus Anexos, que regem a presente licita o e propomos a presta o dos serviços pelo valor total de R\$ (*****).*****).

Declaramos que o prazo de validade da presente Proposta   de 60 (sessenta) dias.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa perante a licita o

Nome por extenso:

R.G.:

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

Obs. OBRIGATÓRIO APRESENTA O DA PLANILHA ORÇAMENTARIA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, QCI, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO, BDI, E DEMAIS PLANILHAS DE ENGENHARIA NO FORMATO MULTIPLA DA CAIXA. (Conforme os disponibilizados)

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PARAN -TO, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para a execu o de obras e/ou serviços de engenharia, na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE PARAN -TO**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo prefeito municipal, e a sociedade, estabelecida na _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, têm justo e acordado o presente Contrato, que   celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO N  ***/2024, realizado por meio do processo administrativo n  __/__, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condi es.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLA O APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legisla o aplicável   espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal n  14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal n  123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal n  101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituido pela **Lei Federal n  8.078/1990** e suas altera es, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposi es deste contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipula es, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente OBJETO: **CONTRATA O DE EMPRESA PARA EXECU O DE OBRA PARA CONSTRU O DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITA O DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARAN -TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRA O E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL)**, em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-

financeiro, os quais integram o presente Edital, sob regime de Empreitada por preço Global, conforme as especificações constantes do Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços são executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo n  ____/_____, no Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal n  14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

As partes atribuem a este contrato o valor global de R\$(.....).

Sendo o valor referente ao Recurso originário do Convênio com GOVERNO FEDERAL, TRANSFERENCIA ESPECIAL e Contrapartida recurso Próprio vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Acordam as partes que o valor global para execução da obra/serviços objeto deste contrato   o valor constante na respectiva Proposta de Preços vencedora apresentada em sessão pela Contratada, que será pago de conformidade com o andamento da obra/serviços, no que determinar as medições.

A planilha de quantidades e preços, bem como o cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, na sessão da licitação passam a fazer parte integrante deste Contrato.

No preço acordado estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, seguros, despesas com mão de obra, transportes, ferramentas, materiais, equipamentos, contratações e locações e outros incidentes.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança junto ao Contratante.

Parágrafo Segundo – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado junto à contratante.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o Município de Paranã esteja obrigado a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Oitavo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, conseqüentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Nono – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de reajuste de obras rodoviárias (FGV) calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 20 (vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO

A prestação do objeto do presente contrato obedecerá ao Termo de Referência (Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº/2024).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá ao fiscal do contrato e ao fiscal de obra designados (PROFISSIONAL TECNICO DE ENGENHARIA) da Prefeitura Municipal de Paranã-TO. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras e/ou serviços objeto deste Contrato são executados sob a dire o e responsabilidade técnica do Engenheiro **JOSÉ COELHO DE OLIVEIRA, CREA 180432/D**, que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas rela es com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na dire o das obras e/ou serviços e no local da sua execu o até o respectivo encerramento.

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualifica o e experiência, cuja aceita o ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – MEDI ES

As medi es obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro, que será ajustado em fun o de inícios e reinícios de etapas da obra e/ou serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – As medi es são processadas independentemente da solicita o da CONTRATADA. A primeira medi o será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subseqentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medi o anterior. O último dia de uma medi o coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realiza o. Poderão ser realizadas medi es intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realiza o, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – Não são considerados nas medi es quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários ou em suas eventuais altera es no curso deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Para obten o do valor de cada medi o, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

- a) as quantidades medidas são multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
- b) o valor de cada medi o corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

c) para efeito de faturamento o valor de cada medi o deverá considerar o percentual de redu o ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – Na medi o final ou na medi o única será anexado cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especifica es.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERA O DE QUANTITATIVOS

Em circunstâncias especiais, **devidamente justificadas e mediante prévia autoriza o do CONTRATANTE**, as quantidades referidas no caput desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, desde que as substitui es sejam imprescindíveis   perfeita execu o da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços.

Parágrafo Primeiro – Para a preserva o do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e recomendável, supressões de outros itens, em igual propor o, desde que não haja comprometimento da obra e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal n  14.133/2021.

Parágrafo Segundo – Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e que eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composi es ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

Parágrafo Terceiro – Poderão ser aceitas variantes do Projeto Executivo, quando houver, para a execu o das obras e/ou serviços, que, depois de analisadas pela Fiscaliza o, conduzam   redu o do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redu o do preço referencial. A aceita o das variantes implicará:

- a) a contempla o dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adapta es necessárias, com as substitui es e modifica es indispensáveis e pertinentes;
- b) a inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

Parágrafo Quarto – O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especifica es

para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sexto – Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O Município de Paranã se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extin o do contrato decorrente de falta imputável   CONTRATADA, a garantia reverter  integralmente ao CONTRATANTE, que promover  a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Cau o em Dinheiro (art. 96,   1 , I, 1  parte, da Lei Federal n  14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utiliza o ou da notifica o pelo _____ [ rg o ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver altera o do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n  14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplica o das **san oes previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual s  será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96,   1 , II, da Lei Federal n  14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apura o de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunica o do inadimplemento   seguradora, com cláusula de renova o até a extin o das obriga oes da CONTRATADA, vinculada   reavalia o do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposi o expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e   CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condi oes equivalentes, para aprova o do Contratante, antes do

vencimento da apólice, independentemente de notifica o, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obriga es, restri es ou disposi es que contrariem as disposi es do presente CONTRATO e deverão conter declara o expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superint ndia de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresenta o, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver altera o do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n  14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplica o das **san es previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual s  será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96,   1 , III, da Lei Federal n  14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-  através de carta de fiança fornecida por institui o financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apura o de eventual inadimplemento da

CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e demais vínculos de publicação as mesmas efetuadas o ato

convoc rio e vigorará por _____ dias contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Cronograma Físico-Financeiro..

Parágrafo Segundo – O prazo de execu o das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal n  14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106,  2 , da Lei Federal n  14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O período de conserva o por conta da CONTRATADA será de dias, a contar do aceite provisório, sem prejuízo da garantia legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá   previsão das etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGIME DE EXECU O DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

As obras e/ou serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de Empreitadas por Preço Global, conforme as especifica es constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descri o dos Serviços, do Escopo dos Serviços ou do Memorial Descritivo, de fls. do processo administrativo n  /_.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGA ES DA CONTRATADA

São obriga es da CONTRATADA:

- I** – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descri o dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo e na Proposta;
- II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execu o dos trabalhos;
- III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execu o do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas

preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresenta o;

V – atender às determina es e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscaliza o;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os  nus, encargos e obriga es comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legisla o em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária   completa realiza o dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de a es trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execu o do presente Contrato, com a inclusão do Município ou de entidade da Administra o Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova reten o em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execu o do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova reten o em caso de insuficiência;

c) as reten es previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o CONTRATANTE da existência de a o trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obriga es caso o Município ou entidade da Administra o Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento   CONTRATADA;

d) eventuais reten es previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela ilumina o, instala es e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários   fiel execu o das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especifica es do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associa o Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo Município de Paran , assim como pelo refazimento do serviço e a substitui o dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplica o das san es cabíveis;

- X** – manter as condi es de habilita o e qualifica o exigidas no Edital durante todo prazo de execu o contratual;
- XI** – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas   execu o deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utiliza o indevida;
- XII** – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;
- XIII** – cumprir durante toda a execu o do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- XIV** – manter h gidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;
- XV** – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscaliza o ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- XVI** – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunica o e recebimento de notifica es e intima es, inclusive para fim de eventual cita o judicial;
- XVII** – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de cita es e intima es;
- XVIII**– comprovar a implanta o de programa de integridade nas contrata es de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o   4  do art. 25 da Lei Federal n  14.133/2021;
- XIX** - efetuar a reten o na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instru o Normativa RFB n  1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou presta o de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGA ES DO CONTRATANTE

São obriga es do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condi es previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscaliza o do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante avalia o de servidores designados pelo prefeito Municipal , que constatar o se o objeto entregue atende a todas as especifica es contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – As obras e/ou serviços executados em desacordo com a especifica o do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pelos responsáveis pela fiscaliza o do contrato, que anotarão em registro próprio as ocorrências e determinar  o que for necessário   regulariza o das faltas ou defeitos observados. No que exceder   sua competência, comunicará o fato   autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratifica o.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceita o. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execu o às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O objeto do presente Contrato será recebido:

- a) provisoriamente, mediante apresenta o da quita o do ISS, do comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na obra, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declara o de regularidade trabalhista, na forma do Anexo.
- b) definitivamente, após o decurso do prazo de conserva o e verificada a perfeita adequa o do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execu o do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não

serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o Município de Paranã-TO poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) **Multa;**
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplica o de multas, às infra oes são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	GRAU
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRA�O		
ITEM	DESCRI�O	GRAU
1	Permitir situa�o que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execu�o das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualifica�o para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscaliza�o, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determina�o formal ou instru�o complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execu�o do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As san oes somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresenta o de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As san oes previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplica o da penalidade ou da publica o no Diário Oficial do Município de Maric  do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos   CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se- o as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administra o ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensa o devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos   CONTRATADA até a comprova o do recolhimento da multa ou da prova de sua releva o por ato da Administra o, bem como até a recomposi o do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo– Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes   satisfa o do valor da multa, o processo de pagamento retomar  o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea “b” do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infra o es cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplica o das san es previstas na cláusula anterior não exclui, em hipótese alguma, a obriga o de repara o integral do dano causado   Administra o Pública.

Parágrafo Décimo Terceiro – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das san es aplicadas   pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administra o, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com rela o de coliga o ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intima o da aplica o das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intima o da extin o do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administra o;
- c) **Pedido de Reconsidera o** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplica o da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo  nico – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos   autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motiva o   autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTIN O

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal n  14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2 , da Lei Federal n  14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extin o operar  seus efeitos a partir da publica o do ato administrativo no Portal Nacional de Contrata es Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumir  imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execu o se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extin o por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais san es cabíveis, ficará sujeita   **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extin o com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolu o da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execu o do Contrato até a data da extin o;
- (c) o pagamento do custo de desmobiliza o, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extin o do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensa o prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extin o amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execu o do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e   devolu o da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBCONTRATA O

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo  nico – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obriga es legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontrata o, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉSIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução das obras e/ou serviços ora contratados correrão à conta do Orçamento

Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Ficha
02.0601.16.482.1017.1115 EDIFICAÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	4.4.90.51	1.500.0000.000000 RECURSOS PROPRIO 1.700.0000.000000 TRANSF. DE CONVÊNIOS FEDERAIS 1.706.3110.000000 TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIÃO	139

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranã-TO para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, na forma do Decreto Municipal nº 936/202, além da divulgação no Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.bnc.org.br>, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – LIVRE ACESSO

Fica garantido o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes e os de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, bem como, dos Tribunais de Contas do Estado e da União aos processos, documentos e registro contábeis da Contratada relativos a este contrato, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentadas na Portaria Interministerial nº 424/2016, bem como os locais de execução do objeto, inclusive, nos casos, em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do termo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Paraná-TO, ____ de _____ de 2024

Município de Paranã-TO

Prefeito

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

_____;CPF

_____;CPF

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO

Nome da empresa:

Endereço Completo:

CNPJ N.º: _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgado ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome por extenso:

RG

CPF/MF

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES

Eu..... RGlegalmente nomeado representante da empresa....., CNPJ n°..... Licitante no procedimento licitatório n° _____ na modalidade de Pregão Eletrônico, expediente n° _____/___, DECLARO, para fins do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome por extenso:

RG

CPF/MF

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO VII

CREDENCIAMENTO PARA A VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

Solicitamos o credenciamento como representante(s) da empresa (razão social e CNPJ), com a finalidade de realizar a VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA prevista no respectivo Edital, que será realizada conforme segue:

Data: / /2024
Horário: 10:00 horas
Local:

Representante 01:
Nome:
Cargo:
RG:

Representante 02:
Nome:
Cargo:
RG:

Cidade,dede 2024.

Assinatura do representante legal da empresa perante a licitação
Nome por extenso:
R.G.:
CPF:
Cargo:
(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO VIII

COMPROVANTE DE VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

Declaramos para os devidos fins que realizamos a VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA, conforme segue:

- Data: / /2024
- Horário: Início: h m - Término: h m
- Local:

As dúvidas que se persistirem serão encaminhadas ao Departamento de Licitação em conformidade com o estabelecido no respectivo Edital.

Paraná/To, aosdede 2024.

REPRESENTANTE LEGAL 01 DA LICITANTE

NOME :

CARGO:

RG:

REPRESENTANTE LEGAL 02 DA LICITANTE

NOME :

CARGO:

RG:

ASS. DO REPRESENTANTE DA PREFEITURA (Responsável pela visita técnica junta as empresas)

NOME :

CARGO:

RG:

Assinatura do emitente

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO VISTORIA TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins que não realizamos a VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA e nos responsabilizamos pela elaboração da Proposta - Anexo III, e planilhas obrigatórias sem o conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cidade, dede 2024.

Assinatura do representante legal da empresa perante a licitação

Nome por extenso:

R.G.:

CPF:

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANÃ-TO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GOVERNO FEDERAL), em conformidade com, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, os quais integram o presente Edital.

ANEXO X

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO
A/C: Departamento Financeira

Prezados Senhores,
REF.: FIANÇA BANCÁRIA

1. Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco S/A, com sede na Rua n.º, inscrito no CNPJ sob o n.º, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador da empresa, com sede à Rua n.º inscrita no CNPJ sob o n.º, até o limite de R\$ (), como garantia a fiel, completa, cabal e perfeita execução do Contrato n.º, celebrado entre a empresa afiançada e essa EMPRESA tendo por objetivo a (descrever objeto de Contrato).

2. A fiança, ora concedida, assegura o cumprimento, por parte da empresa afiançada, de qualquer das Cláusulas e/ou condições relativas ao Contrato supra indicado, e o valor da fiança, presentemente concedida, poderá ser recebido por essa Companhia, a qualquer tempo independentemente de autorização do afiançado ou ainda, de ordem judicial, e independentemente de qualquer prévia justificação.

2.1. No caso de garantia prestada sob a forma de Fiança Bancária, deverá constar uma cláusula expressa no termo da fiança estabelecendo que a garantia prestada abrangerá todos os fatos passíveis de ressarcimento comprovadamente havidos na vigência do Contrato, ainda que constatados, notificados e/ou exigidos pela credora PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO após o término de sua vigência e/ou exigidos pela credora PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÃ/TO em até 90 (noventa) dias, contados do encerramento definitivo deste Contrato, conforme, da Lei Federal de Licitações 14.133/2021.

3. Este Banco renuncia, expressamente, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil Brasileiro, e declara, sob as penas da lei que:

3.1. Está, legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente carta de fiança;

3.2. Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da Legislação bancária e regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis a espécie;

3.3. O valor da presente fiança, se contém dentro dos limites permitidos por aquele órgão federal.

4. A presente fiança bancária, vigorará pelo prazo de (.....) dias, prorrogável, automaticamente, até a consecução das obrigações contratuais e desde que liberada mediante comunicação por escrito, desse Município.

Local e data

BANCO S/A *

*FIRMA RECONHECIDA DOS SUBSCRITORES